

Política de Privacidade

Quando você acessa os portais de serviços da Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz-PE) na Internet, você nos fornece alguns dados pessoais com o objetivo de viabilizar a sua operação. A Sefaz-PE preza pela segurança dos seus dados, pelo respeito à sua privacidade e pela transparência com você e, por isso, dedicamos este documento para explicar como os seus dados pessoais serão tratados pela Sefaz-PE e quais são as medidas que aplicamos para mantê-los seguros.

Este documento foi criado por nós, considerando as seguintes normas:

- Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Dispõe sobre a proteção de dados pessoais;
- Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014: Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil;
- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 38.787, de 30 de outubro de 2012: Regulamenta a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 49.265, de 6 de agosto de 2020: Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 49.914, de 10 de dezembro de 2020: Institui a Política Estadual de Segurança da Informação – PESI, no âmbito da administração pública estadual.

Para começar, nós somos a SEFAZ-PE, um órgão público que tem por finalidade:

- a) desenvolver e executar a política tributária do Estado;
- b) proceder à tributação, à arrecadação e à fiscalização dos tributos estaduais;
- c) normatizar os procedimentos relativos ao processo de arrecadação tributária;
- d) desenvolver e executar a política financeira do Estado, compreendendo a contabilidade pública e o endividamento, bem como normatizar os procedimentos relativos ao processo de elaboração da legislação referente à programação e à execução financeiras e à contabilidade pública.

Trata-se de um órgão do Poder Executivo Estadual, com sede na Rua do Imperador Pedro II, S/N, Recife-PE. E segundo a definição trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei Federal nº 13.709/2018), na maior parte do tempo seremos o controlador das suas informações; sendo assim, responsáveis por definir o que acontece com estes dados e protegê-los.

Para facilitar a compreensão desta política, todas as vezes que forem encontrados os termos SEFAZ-PE, “nós” ou “nossos”, estamos nos referindo ao controlador dos seus dados

pessoais; e todas as vezes que forem encontrados os termos “usuário”, “você”, “seu” ou “sua”, nos referimos a você.

Além disso, é importante deixar claros alguns conceitos para garantir seus direitos:

- **dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- **dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **dado anonimizado:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- **titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador corporativo para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **a de tratamento:** o controlador e o operador;
- **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** órgão da administração pública federal integrante da Presidência da República e, a despeito de ser órgão, os membros de seu Conselho, embora designados pelo Presidente da República, têm mandato e somente o perderão em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar, o que reforça a autonomia técnica da autoridade;
- **Cookies:** *cookie* é um pequeno arquivo adicionado ao dispositivo do usuário para fornecer uma experiência personalizada de acesso à plataforma. Os *cookies* ajudam a analisar o tráfego de internet e nos permitem saber quando o usuário visitou um site específico. Um *cookie* não dá acesso a um computador ou revela informações além dos dados que o usuário escolhe compartilhar conosco.

QUAIS DADOS SÃO COLETADOS PELA SEFAZ-PE

Durante sua experiência em nosso serviço digital, podemos coletar diferentes tipos de dados pessoais, de forma automática, com o objetivo de conferência, monitoramento e

controle, ou fornecidos diretamente por você, como por exemplo para a realização de seu cadastro. Veja abaixo quais dados pessoais nós podemos coletar e em cada situação:

- Pessoas naturais que participam do quadro societário da empresa: Nome; CPF; Documento de identificação; e-mail; Telefone; Endereço residencial; Qualificação no quadro societário da empresa;
- Contador do estabelecimento: Nome; CPF; Documento de identificação; e-mail; Telefone; Endereço residencial; CRC
- Pessoas naturais contribuintes do IPVA: Nome; CPF; Endereço de domicílio.
- Dados de identificação de veículos de Pessoas Naturais (Proprietário; Placa do veículo; Ano de fabricação do veículo, RENAVAM)
- Dados de débitos de veículos de Pessoas Naturais (Valor do débito de IPVA)
- Pessoas naturais participantes de processos relativos ao ICD: Nome; CPF; Endereço de domicílio.
- Pessoas naturais participantes de processos relativos ao ICD: CPF do cônjuge; Identificação dos bens relativos aos processos de ICD.
- Para gestão de documentos fiscais: CPF do consumidor.
- Dados do Contabilista responsável pela escrita fiscal: -NOME;-CPF;-CRC: Número de inscrição do contabilista no Conselho Regional de Contabilidade; -CEP Código de Endereçamento Postal; -END Logradouro e endereço do imóvel; -NUM Número do imóvel;-COMPL Dados complementares do endereço;-BAIRRO; -FONE Número do telefone (DDD+FONE); -FAX Número do fax; -EMAIL; -COD_MUN Código do município, conforme tabela IBGE.
- Dados do Participante da operação de compra ou de venda de mercadoria, bem como de serviço tomado ou prestado, sujeitos a incidência do ICMS:-NOME;-CPF;-CEP Código de Endereçamento Postal;-END Logradouro e endereço do imóvel;-NUM Número do imóvel;-COMPL Dados complementares do endereço;-BAIRRO;-FONE Número do telefone (DDD+FONE);-FAX Número do fax;-EMAIL;-COD_MUN Código do município, conforme tabela IBGE.
- Dados de mercadorias e serviços, relativos às operações de compra ou de venda de mercadorias, bem como de serviços tomados ou prestados, sujeitos a incidência do ICMS: -Indicação se foi compra ou venda, ou se foi um serviço tomado ou prestado;-Informação do emitente e do destinatário;-Data da operação;-Modelo do documento;-Número do documento;-Chave da Nota Fiscal Eletrônica;-Descrição da mercadoria ou serviço;-Valor unitário da mercadoria ou serviço;-Quantidade da mercadoria ou serviço;-Valor total das mercadorias e serviços;-Valor total da operação;-Valor do ICMS.
- Gestão da arrecadação. Emissão do documento: Dados de identificação do pagamento via GNRE ou DAE

- Gestão da arrecadação: Emissão da GNRE : Dados de identificação do Emitente da GNRE: Documento de identificação (CPF);Nome;Endereço;Telefone.
- Gestão da arrecadação: Emissão do DAE. Dados de identificação do pagador do DAE: Documento de identificação (CPF).
- Processamento do pagamento: Dados de identificação do pagamento via GNRE ou DAE; Dados de identificação do Emitente da GNRE: Documento de identificação (CPF); Nome; Endereço; Telefone.
- Dados de identificação do pagador do DAE: Documento de identificação (CPF).
- Controle de mercadorias em trânsito: Pessoas naturais relacionadas num PAT decorrente de fiscalização de trânsito: Nome; Documento de identificação; Endereço de domicílio.
- Fiscalização de estabelecimentos: Pessoas naturais relacionadas num PAT decorrente de fiscalização de estabelecimento: Nome; Documento de identificação; Endereço de domicílio. Pessoas naturais relacionadas num COFIMP decorrente de fiscalização de estabelecimento: Nome; Documento de identificação; Endereço de domicílio.
- Gestão de processos fiscais: Pessoas naturais relacionadas num PAT: Nome; Documento de identificação; Endereço de domicílio.
- Gestão de processos fiscais: Dados das infrações atuadas pela SEFAZ-PE: Infração cometida; Períodos fiscais com infrações; Estabelecimento atuado; Corresponsáveis pelo processo.
- Para a Execução Financeira, referente ao pagamento de Prestador de Serviço: Nome, CPF, Endereço, dados bancários.
- Para Restituição de Tributos de Contribuinte de tributos estaduais: Nome, CPF, Endereço, dados bancários.
- Prestação de contas com TCE, envolvendo dados de Pessoa natural: nome, CPF, dados bancários.
- Transparência exigida pela LAI, Nome e CPF de prestadores de serviço.
- Elaboração do Orçamento pela SEPLAG: Nome, CPF
- **Durante a navegação na plataforma:** endereço de IP e informações sobre o dispositivo utilizado para a navegação.

Também coletamos, armazenamos e usamos determinadas categorias especiais de informações pessoais sensíveis, como:

Para o agente público em exercício na Secretaria da Fazenda: dados biométricos e dados relativos à saúde.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato para solicitações e esclarecimentos relativos ao tratamento dos dados pessoais, através dos nossos canais da Ouvidoria-Geral do Estado – OGE ou por meio do canal [Módulo Cidadão](#).

COMO NÓS UTILIZAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Nós utilizamos os dados pessoais para executar as atribuições da Sefaz-PE previstas na legislação. Listamos abaixo as finalidades em relação às quais poderemos utilizar seus dados pessoais:

Dados cadastrais:

- Para viabilizar a prestação de serviços disponíveis em nossa plataforma digital: tratamento de informações pertinentes aos tributos estaduais, como ICMS, ICD e IPVA;
- Para atendimento de solicitações relativas ao seu relacionamento com a Sefaz-PE.

Dados de Navegação:

- Para viabilizar a prestação de serviços disponíveis em nossos sistemas e-fisco, NF-e, NFC-e e GNRE;
- Para auxiliar no diagnóstico e solução de problemas técnicos;
- Para desenvolver novas funcionalidades e aprimorá-las, melhorando a sua experiência com os nossos serviços disponíveis.

Dados sensíveis durante o cadastro, apenas para os agentes públicos em exercício na Sefaz-PE:

- Para permitir o atendimento médico e psicossocial;

COM QUEM NÓS PODEMOS COMPARTILHAR OS DADOS PESSOAIS

Para a execução das atividades acima listadas, sempre que necessário, nós poderemos compartilhar os seus dados pessoais com instituições de controle, desde que com previsão legal de atribuição, com prestadores de serviço ou parceiros. Apresentamos a seguir um resumo destas possibilidades:

I - Autoridades governamentais: nós devemos fornecer dados pessoais em atendimento à ordem judicial, solicitações de autoridades administrativas com prerrogativas legais de acesso, obrigação legal ou regulatória, bem como para agir de forma colaborativa com autoridades governamentais.

Cumprir destacar que todos os dados pessoais serão compartilhados com autoridades administrativas dentro dos limites da lei e, caso seja permitido e não restrinja a atuação dessas autoridades no cumprimento de sua obrigação funcional, será solicitada a manutenção do sigilo dos referidos dados através de um Termo de Sigilo.

A transparência dos compartilhamentos será proporcionada nos termos da Lei de Acesso à

Informação Estadual – Lei nº 14.804/2012 e do Decreto nº 49.265/2020.

ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Nós armazenamos seus dados de forma segura em *data centers* hospedados nas instalações físicas da Sefaz-PE e também na Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), e adotamos as melhores técnicas para proteger os dados pessoais coletados de acessos não autorizados, de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em especial, respeitamos a Política Estadual de Segurança da Informação (Decreto Estadual nº 49.914/2020), com a incorporação da segurança da informação e de seus preceitos à nossa rotina, procedendo à aculturação e à capacitação das nossas equipes nos aspectos de segurança da informação e promovendo a ampla publicidade das normas internas produzidas, salvo quando o sigilo seja necessário.

Ressaltamos, contudo, que nenhuma plataforma é completamente segura. Se você tiver qualquer preocupação ou suspeita de que os seus dados estejam em risco, por favor, entre em contato conosco por meio dos nossos canais de atendimento da Ouvidoria-Geral do Estado – OGE, que ficaremos felizes em auxiliar você prontamente.

Seus dados pessoais serão mantidos durante todo o período que for usuário ativo dos portais de serviços da Sefaz-PE. Após esse período, podemos armazenar os seus dados pessoais por um período adicional para fins de auditoria, a fim de possibilitar a execução de políticas públicas e o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias. Faremos a retenção dos seus dados pelo prazo necessário, respeitando aqueles estabelecidos na legislação aplicável.

Em conformidade ao art. 48 da Lei Federal nº 13.709/2018, nós comunicaremos a você e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) quando da ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco aos seus dados pessoais.

COOKIES E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO

Podemos utilizar a tecnologia *cookies* para coletar as informações das atividades realizadas na nossa plataforma, de forma automatizada. As informações coletadas por meio dessa tecnologia são utilizadas para realizar métricas de desempenho do aplicativo, identificar problemas no uso, captar o seu comportamento de forma geral e coletar dados de impressão de conteúdo.

SEUS DIREITOS COMO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

A transparência sobre o tratamento dos seus dados pessoais é prioridade para a Sefaz-PE. Além das informações disponibilizadas nesta Política de Privacidade, você pode também exercer os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, entre eles:

- Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais;
- Acesso aos dados pessoais;

- Revogação do consentimento, caso seja possível a eliminação do dado (**CASO EXISTA**);
- Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Oposição ou restrição ao tratamento dos dados pessoais quando realizado em desacordo com os requisitos da LGPD;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com consentimento ou desnecessários, excessivos ou quando entender que algum ponto da LGPD não foi atendido, caso seja possível;
- Informação sobre as hipóteses e com quais parceiros e outras instituições podemos compartilhar, ou receber dados pessoais referentes a você (**CASO EXISTA**);
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável (**CASO EXISTA**);
- Apresentação de reclamação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Todas as solicitações serão apresentadas de forma gratuita, e serão submetidas a uma prévia avaliação da sua identidade e da viabilidade do atendimento nos canais de comunicação da Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, a fim de cumprir com eventuais obrigações que impeçam o completo atendimento das requisições dos titulares de direito.

ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Estamos constantemente buscando aprimorar a experiência dos nossos usuários do serviço público. Assim, nossas práticas de tratamento de dados pessoais poderão sofrer alterações com a inclusão de novas funcionalidades e serviços.

Valorizamos a transparência no modo em que tratamos seus dados pessoais. Toda vez que alguma condição relevante desta Política de Privacidade for alterada, essas alterações serão válidas, eficazes e vinculantes após a nova versão a ser publicada em nosso site. As mencionadas alterações serão comunicadas por meio de um dos canais disponibilizados por você durante o seu cadastro, como, **por exemplo**, e-mail, SMS, WhatsApp e outros.

FALE CONOSCO

Sempre que você tiver alguma dúvida sobre esta Política de Privacidade, mesmo após sua leitura, ou precisar interagir conosco sobre assuntos envolvendo os seus dados pessoais, poderá fazê-lo por meio dos nossos canais de atendimento disponíveis no [Módulo Cidadão](#), solicitando esclarecimentos sobre a privacidade dos seus dados pessoais.

Vale lembrar também que, com a instituição da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais (Decreto Estadual nº 49.265/2020), os seus direitos serão objeto de monitoramento e fiscalização por parte da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE). Caso você ache que há algum abuso ou está insatisfeito com a forma que conduzimos nossa Política, o canal [Módulo Cidadão](#) está pronto para receber qualquer Reclamação ou Denúncia.

Ademais, você poderá contactar também o encarregado da Sefaz-PE, Danielle Campello.



Esperamos que o portal de serviços da Sefaz-PE atenda às suas necessidades e que respeite todas as exigências legais de proteção de dados. A Sefaz-PE busca garantir os direitos previstos na LGPD e aplica as melhores práticas de segurança da informação.

Versão: 30 de julho de 2021.

ÓRGÃO – SEFAZ-PE